

SER Social

TRABALHO, LUTAS SOCIAIS
E SERVIÇO SOCIAL

Brasília (DF), v. 26, nº 55, de julho a dezembro de 2024

Sistema colonial e trabalho escravo na acumulação primitiva do capital: a resistência negra no Quilombo dos Palmares

*Colonial system and slave labor in the primitive accumulation of capital:
the black resistance in the Quilombo of Palmares*
*Sistema colonial y trabajo esclavo en la acumulación primitiva de capital:
la resistencia negra en el Quilombo de los Palmares*

Monique Maria Rodrigues da Silva¹
<https://orcid.org/0000-0002-0822-4645>

Recebido em: 1º/12/2022

Aprovado em: 26/04/2024

Resumo: Este artigo aborda o sistema colonial e o trabalho escravo como componentes da acumulação primitiva do capital, a partir do que Marx aponta em sua obra *O Capital*. Tomamos a realidade brasileira como centro da exposição e o Quilombo dos Palmares como marco da resistência e da luta dos negros escravizados. No decorrer do texto, a colonização é situada no contexto mais geral de instauração do modo de produção capitalista frente às limitações que o feudalismo impunha

¹ Assistente social. Mestra e doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6114852280397738>>. E-mails: <monique_rodrigues599@hotmail.com> e <monique.ssoufal@gmail.com>.

às nações europeias e ao capital enquanto sistema totalizante. Desta feita, expomos o perverso mecanismo do trabalho escravo, assim como também a capacidade de enfrentamento dos negros em relação aos ataques da metrópole colonizadora, efetuando uma verdadeira revolução, com organização, estratégias de segurança e de defesa, em proporções significativas para a época e para as condições materiais que eles viviam.

Palavras-chave: sistema colonial; trabalho escravo; resistência negra; Quilombo dos Palmares.

Summary: This article approaches the colonial system and slave labor as components of the primitive accumulation of capital, based on what Marx points out in his work *Capital*. We took the Brazilian reality as the center of the exhibition and Quilombo of Palmares as a landmark of the resistance and struggle of enslaved blacks. Throughout the text, colonization is situated in the more general context of the establishment of the capitalist mode of production in the face of the limitations that feudalism imposed on European nations and on capital as a totalizing system. This time, we expose the perverse mechanism of slave labor, but also the ability of blacks to face the attacks of the colonizing metropolis, effecting a true revolution, with organization, security and defense strategies, in significant proportions for the time and to the material conditions they lived in.

Key words: colonial system; slave labor; black resistance; Quilombo of Palmares.

Resumen: Este artículo aborda el sistema colonial y el trabajo esclavo como componentes de la acumulación primitiva de capital, a partir de lo señalado por Marx en su obra *El Capital*. Tomamos la realidad brasileña como centro de la exposición y el Quilombo de los Palmares como marco de la resistencia y lucha de los negros esclavizados. A lo largo del texto, la colonización se sitúa en el contexto más general del establecimiento del modo de producción capitalista frente a las limitaciones que el feudalismo impuso a las naciones europeas y al capital como sistema totalizador. Esta vez, exponemos el mecanismo perverso del trabajo esclavo, pero también la capacidad de los negros para enfrentar los embates de la metrópolis colonizadora, efectuando

una verdadera revolución, con estrategias de organización, seguridad y defensa, en proporciones significativas para la época y para las materiales condiciones en que ellos vivían.

Palabras clave: sistema colonial; trabajo esclavo; resistencia negra; Quilombo de los Palmares.

1. Introdução

O texto que apresentamos é resultado de reflexões provocadas no decorrer da disciplina *Formação Sócio-Histórica Brasileira*, enquanto componente do currículo de doutoramento em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). A disciplina nos convidou a pensar e a dialogar com autores a partir de uma proposta que fosse para além da perspectiva eurocêntrica, ultrapassando o que convencionalmente a historiografia burguesa nos impõe como roteiro sobre a nossa própria história.

Neste sentido, buscamos expor elementos que configuram o sistema colonial e a escravidão como partícipes de um processo mais amplo: o direcionamento da burguesia mercantil para a acumulação primitiva do capital, com vistas a constituir o mercado mundial e instaurar o modo de produção capitalista. Então, num primeiro momento, tratamos do panorama geral, com base nos escritos de Marx (2013), Huberman (1983), Willians (1975) e outros autores que colocam o sistema colonial e a escravidão não como eventos esporádicos, mas sim como estratégias para atender a um modo de produção que viria a se consolidar séculos à frente.

Em seguida, colocamos em evidência problemáticas relacionadas à colonização do Brasil, mediada pelo roubo, pela pilhagem, pela escravização dos nativos e dos negros, plasmada por toda espécie de crueldade, em nome do abastecimento do mercado mundial, que se expandia. No referido contexto, abordamos o fato de que tal conjuntura se dava em paralelo a inúmeras revoltas, levantes e guerrilhas das pessoas escravizadas e pela constituição de redutos de acolhimento, resistência e luta: os quilombos. Por meio da história do Quilombo dos Palmares, objetivamos dar destaque para a resistência negra, para a inconformidade perante a situação que eles se viam obrigados a viver e para a capacidade de enfrentarem os ataques, saindo por diversas vezes como vencedores, até sucumbirem ao poderio bélico dos colonizadores.

2. Colonização e escravidão: mecanismos da acumulação primitiva do capital

No final do livro 1 de “O Capital”, Marx sistematiza o processo que é o ponto de partida para o modo de produção capitalista: a acumulação primitiva do capital. No referido capítulo, o autor se debruça sobre os elementos basilares em que se ergueu um sistema voltado para a produção da mais valia e a consequente subjugação da classe trabalhadora, com o estabelecimento de possuidores de mercadorias e dinheiro de um lado e, do outro, trabalhadores livres e assalariados.

Com um percurso histórico de aproximadamente três séculos, a acumulação primitiva do capital se deu em várias partes do globo, sob o jugo do capital mercantil e das grandes nações europeias, constituindo-se como “o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção” (Marx, 2013, p. 515). Os métodos para tal feito não são nada idílicos, ao contrário: “a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (*ibidem*, p. 515).

O escravismo antigo que ergueu o Império Romano entra em decadência por fatores como: (I) a dificuldade dos senhores em manter o exército e o Estado; (II) a revolta do exército e dos funcionários públicos; (III) invasões e revoltas no interior do império; e (IV) a desestruturação da economia. A transição para o feudalismo na Europa consolida a centralidade da terra como propriedade: “[...] o feudo pertencia a um nobre (senhor), que sujeitava os produtores diretos (servos) [...]” (BRAZ & NETTO, 2009, p. 80), os quais, diferentemente dos escravizados, possuíam ferramentas de trabalho e consumiam uma parte do que produziam. A novidade histórica, como considera Huberman (1983), era o interesse que os servos tinham no crescimento da produção² e o aumento das revoltas camponesas, em virtude da violência exercida pelos senhores. Por volta do século XI, o feudalismo estava estruturado na Europa, com

uma classe de produtores diretos, os servos, que já então gerava um excedente agrícola significativo, expropriados

2 Em geral, se o escravo podia ser vendido a qualquer momento, “[...] o servo, ao contrário, não podia ser vendido fora de sua terra. Seu senhor deveria transferir a posse do feudo a outro, mas isso significava, apenas, que o servo teria novo senhor; ele próprio permanecia em seu pedaço de terra. Esta era uma diferença fundamental, pois concedia ao servo uma espécie de segurança que o escravo nunca teve. Por pior que fosse o seu tratamento, o servo possuía família e lar e a utilização de alguma terra” (HUBERMAN, 1983, p. 16).

pelos senhores feudais, classe parasitária dedicada especialmente à caça e à guerra. Mas, paralelamente, mantinha-se a produção para a troca (isto é, a produção de mercadorias), centrada no trabalho artesanal. Essas trocas serão estimuladas a partir das Cruzadas; assim, a estrutura social do feudalismo começa a se tornar mais complexa [...] (LESSA & TONET, 2011, p. 82).

O capital mercantil vai dinamizando as relações comerciais e o dinheiro vai ganhando função privilegiada, junto a um movimento urbanizador que dá mais importância aos comerciantes e à riqueza imobiliária, de modo que, a partir do século XII, a economia passou da ausência para a vasta presença de mercados, quando “a economia natural do feudo autossuficiente do início da Idade Média se transformou em economia de dinheiro, de um mundo de comércio em expansão” (*ibidem*, p. 34).

Em terras inglesas, a expropriação dos trabalhadores de seus meios de produção se dá de maneira súbita e violenta, quando – na passagem do século XV para o século XVI – “uma massa de proletários livres como os pássaros foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais [...]” (MARX, 2013, p. 517). A esses trabalhadores expulsos dos feudos foram destinadas as chamadas leis sanguinárias: castigos físicos, dotados de extrema violência, legitimados pelo Estado inglês. Nas palavras de Marx,

os pais da atual classe trabalhadora foram inicialmente castigados por sua metamorfose, que lhes fora imposta, em vagabundos e *paupers*. A legislação os tratava como delinquentes “voluntários” e supunha depender de sua boa vontade que eles continuassem a trabalhar sob as velhas condições, já inexistentes (*ibidem*, p. 524).

Os trabalhadores eram punidos por estar em uma condição de vida que lhes foi imposta, passando a receber marcação a ferro, açoites e condenação à morte. Para Marx (2013), eram leis grotescas e terroristas, capazes de adiantar a formação de uma massa de trabalhadores “livres” para vender sua força de trabalho. Além disso, as Cruzadas proporcionaram um crescimento econômico significativo, dando aos comerciantes e mercadores um lugar de destaque na sociedade feudal e promovendo uma rota comercial até então desconhecida, com o suporte da Igreja:

Os cruzados que regressavam de suas jornadas ao Ocidente traziam com eles o gosto pelas comidas e roupas requintadas que tinham visto e experimentado. Sua procura criou um mercado para esses produtos. [...] Frequentemente, as guerras fronteiriças contra os muçulmanos, no Mediterrâneo, e contra as tribos da Europa oriental eram dignificadas pelo nome de Cruzadas quando, na realidade, constituíam guerras de pilhagem e por terras. A Igreja envolveu essas expedições de saque num manto de respeitabilidade, fazendo-as aparecer como se fossem guerras com o propósito de difundir o Evangelho ou exterminar pagãos ou, ainda, defender a Terra Santa (HUBERMAN, 1983, p. 27).

A presença do capital mercantil, mediando as relações comerciais, implicava o saqueio, a pilhagem e a violência. Com isso, a chegada dos representantes das grandes nações mercantis à América e à África constituiu um profundo desastre na história da humanidade, haja vista a violência engendrada contra tais povos em nome da acumulação primitiva do capital, com o respaldo político e militar do Estado e sob a bênção da Igreja. A história nos mostra que

a descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e do saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco. [...] Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se, agora, numa sequência mais ou menos cronológica, principalmente entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra (MARX, 2013, p. 533).

O sistema colonial é, então, um alicerce para a acumulação primitiva do capital e perfaz a história da humanidade sob o jugo do extermínio e do genocídio dos povos colonizados, com a anuência da Igreja e a farsa dos desígnios religiosos. O pontapé daquele que é conhecido como “o descobridor da América” – Colombo – tem não só um forte vínculo

com a sanha pelo ouro, mas – mais do que isso – principalmente com o vislumbre de uma recompensa divina.³

De acordo com Todorov (1939), o ouro era indispensável para que se possibilitasse a conquista da Terra Santa e para que se pudesse devolvê-la à Igreja. Registros históricos destacam que o navegador realizou significativos avanços em termos de navegação, de modo que o fizeram chegar às terras americanas no início dos anos de 1500. Daí em diante, a subjugação dos povos nativos passa a ser a regra, com a utilização de mão de obra escrava, o autoritarismo e o desdém em relação à língua indígena, à sua cultura e ao seu modo de organização.

Os métodos mais violentos foram implementados aos povos originários das regiões, que se transformaram em colônias das metrópoles europeias. A África, transformada em reserva de caça de seres humanos para que fossem escravizados, se constitui como a realidade mais próspera para a burguesia mercantilista, deixando um rastro de desumanidades por todos os poros do modo de produção que se forjava.

A destruição dos modos comunais de produção tornou-se uma realidade possibilitada pelo capital mercantil. Afinal, a organização feudal não aconteceu em todas as partes do mundo, ou seja, os modos de produção não podem ser generalizados para todas as comunidades. Marx já apontava que, “na forma asiática (ao menos, na predominante), não há propriedade, mas só posse do indivíduo singular; a comunidade é o proprietário efetivo propriamente dito – portanto, propriedade só como *propriedade comunitária do solo*” (MARX, 2011, p. 396).

A forma asiática de produzir era também a forma como se organizava a produção na América,⁴ mas sem o escravismo antigo e sem o feudalismo. Na obra “Grundrisse: Manuscritos Econômicos de

3 Sobre o pensamento de Colombo, destacamos o seguinte: “A expansão do Cristianismo é muito mais importante para Colombo do que o ouro, e ele se explicou sobre isso, principalmente numa carta destinada ao papa. Sua próxima viagem será ‘para a glória da Santíssima Trindade e da santa religião cristã’, e para isso ele ‘espera a vitória do Eterno Deus, como ela sempre me foi dada no passado’; o que ele faz é ‘grandioso e exaltante para a glória e o crescimento da santa fé cristã’ [...] (‘Carta ao Papa Alexandre VI’, fevereiro de 1502)” (TODOROV, 1939, p. 10).

4 Marx traz a referência da obra “Grundrisse” quando trata da forma de propriedade no Oriente, uma vez que nela “ele assinala que o fator decisivo nas sociedades orientais foi o sistema de propriedade comunal organizado por aldeias autossuficientes. Em contraste com as afirmações dos artigos sobre a Índia, a ênfase recai agora sobre a propriedade comunitária das aldeias, da qual resultaria o governo centralizado. A unidade da propriedade comunitária seria centralizada no rei e nos deuses, com as comunidades aldeãs tendo apenas a posse da terra. Conseqüentemente, não haveria propriedade privada nesse sistema. A ausência de propriedade privada e a unidade da comunidade no governo central seriam, portanto, as chaves para entender a forma asiática de propriedade” (AUGUSTO, 2015, p. 4).

1857-1858”, Marx destacou que “as comunidades do México (aztecas) e do Peru (incas) e os celtas são incluídos, assim, na forma de propriedade asiática” (AUGUSTO, 2015, p. 5). A propriedade privada não existia, mas sim a propriedade comunitária, que logo foi subsumida pelos ditames do capital mercantil. Santos Neto (2020) destacou que não apenas a noção de propriedade privada era desconhecida por tais povos, como também não conheciam o dinheiro e “não constituíam relações sociais fundadas na produção de mercadorias ou de produtos para serem levados ao mercado” (SANTOS NETO, 2020, p. 48).

Então, se na América não havia uma massa de trabalhadores que suprisse as necessidades de acumulação de capital, o trabalho escravo apresentava-se como possibilidade mais tangente aos colonizadores, com o intuito de atender às necessidades do mercado mundial, que se desenvolvia. Santos Neto (2020) explica que, sem que estivesse diretamente inserido no processo de produção, o capital mercantil atuou por meio de empréstimos à burguesia agrária, protagonizando o papel responsável pela compra e venda de pessoas para que fossem escravizadas, configurando-se como “principal vetor da colonização [...], [que] obteve o exclusivismo comercial mediante o apoio do Estado absolutista” (*ibidem*, p. 45), relação primordial durante a colonização da América e da África, pois garantiu à burguesia mercantilista o capital necessário e o acesso a regiões colonizadas.

O trabalho escravo nas colônias foi um recurso significativo. Williams (1975) aponta que os povos indígenas foram submetidos ao trabalho escravo assim como o branco pobre também, mas foi o negro trazido da África que chamou a atenção dos colonizadores. Em uma passagem, o mesmo autor diz:

[...] o escravo índio era ineficiente. Os espanhóis descobriram que um negro valia quatro índios. [...] O reservatório índio, também, era limitado; o africano, inesgotável. Os negros, portanto, eram roubados na África para trabalhar as terras roubadas dos índios na América (WILLIAMS, 1975, p. 13).

Ainda de acordo com o autor, o trabalho subsequente ao dos indígenas nas colônias da América do Norte foi o trabalho dos brancos pobres, mas estes traziam desvantagem ao seu senhor, pois eles esperavam que, ao fim do contrato, ganhassem um pedaço de terra. Já o

negro vivia em uma condição mais sensível, por ter sido arrancado de sua terra. Porém, mais do que isso, a questão econômica era decisiva. Vejamos o que diz o autor:

o dinheiro que custeava os serviços de um homem branco por dez anos poderia comprar um negro para a vida toda. Como o governador de Barbados afirmou, os plantadores barbadianos constataram por experiência que “três negros trabalhavam melhor e mais barato do que um branco” (*ibidem*, p. 24).

O que constatamos é que a escravidão na era da acumulação primitiva não se dava por motivos raciais, nem religiosos, nem pela aptidão do negro ao trabalho, por sua docilidade ou por motivos parecidos. Enfim,

as feições do homem, seu cabelo, cor e dentadura, suas características subumanas tão amplamente alegadas, foram apenas as últimas racionalizações para justificar um simples fato econômico: as colônias precisavam de mão de obra e recorriam à mão de obra negra porque era mais barata e melhor (*ibidem*, p. 24).

O trabalho escravo com a mão de obra de negros sequestrados da África se consumava mediante a violência. Certamente que arrancar essas pessoas de suas terras não haveria de ser algo a ser feito sem resistência, mas o aparato repressor da burguesia mercantilista e de seu Estado implementava métodos que garantiam, à força, a submissão desses povos. A violência se explicitava por todos os lados: de suicídios a motins, as mortes eram constantes entre os africanos que passaram a ser aglomerados em navios negreiros, seja por contágio com epidemias de doenças até então desconhecidas por tais povos, seja por alimentação inadequada e mesmo por superlotação. Em sua pesquisa, o autor cita relatos de que, nesses navios,

o espaço concedido a cada escravo na travessia do Atlântico media 1,37 metro de comprimento por 40 centímetros de largura. Arrumados como “filas de livros em estantes”, como disse Clarkson, acorrentados dois a dois, perna direita com perna esquerda, mão direita com mão esquerda, cada escravo tinha menos espaço do que um homem num caixão de defunto (*ibidem*, p. 40).

A burguesia mercantil promoveu o colapso das relações sociais dos povos colonizados e sufocou-os, ao impor condições degradantes de vida, em nome da apropriação da força de trabalho necessária ao modo de produção capitalista.⁵ No referido contexto, as metrópoles colonizadoras promoviam o extermínio de sociedades comunais, mas também o processo da acumulação primitiva, que “se inscreveu sob o signo da resistência dos povos comunais, em que foram dizimados milhões de seres humanos na América” (SANTOS NETO, 2020, p. 50). Houve resistência: os povos lutavam como podiam contra sua subjugação aos ditames do capital, de maneira que, “em todas as partes onde o trabalho escravo foi estabelecido, houve revoltas e resistência” (*ibidem*, p. 51).

Desta feita, se a forma de produção dos povos que habitavam a região da América era distinta daquela dos povos europeus, a violência se fez presente como potência econômica, como já afirmara Marx. O processo em que o capital mercantil lançou as bases para o capital industrial, que se consolidaria séculos à frente, contou com a invasão, o saque e a pilhagem de regiões e o domínio dos povos, mediante sua escravização. Difícilmente se discute o que a história mostra em relação aos levantes de resistência desses povos, fazendo parecer que tais movimentos se deram com a anuência e até gratidão por parte das pessoas negras escravizadas, por uma suposta culpa ou salvação divina. Mas o fato é que os escravizados resistiram, tanto os indígenas quanto os negros, como veremos a seguir.

3. A resistência negra no Quilombo dos Palmares

Até aqui, entendemos que o sistema colonial com base no trabalho escravo se tornou uma alavanca para a acumulação e a reprodução do capital, assim como para que se constituísse o trabalhador assalariado

5 A violência não se destinava apenas aos negros escravizados, mas também os povos originários já haviam sofrido com tamanha crueldade. Marx (2013) detalha: “o tratamento dispensado aos nativos era, naturalmente, o mais terrível nas plantações destinadas exclusivamente à exportação, como nas Índias Ocidentais e nos países ricos e densamente povoados, entregues à matança e ao saqueio, como o México e as Índias Orientais. Tampouco nas colônias propriamente ditas se desmentia o caráter cristão da acumulação primitiva. Esses austeros e virtuosos protestantes, os puritanos da Nova Inglaterra, estabeleceram em 1703, por decisão de sua *assembly* [assembleia], um prêmio de £40 para cada escalpo indígena e cada pele-vermelha capturado; em 1720, um prêmio de £100 para cada escalpo; em 1744, depois de Massachusetts-Bay ter declarado certa tribo como rebelde, os seguintes preços: £100 da nova moeda para o escalpo masculino, a partir de 12 anos de idade; £105 para prisioneiros masculinos, £50 para mulheres e crianças capturadas, £50 para escalpos de mulheres e crianças! Algumas décadas mais tarde, o sistema colonial vingou-se nos descendentes – que nesse ínterim haviam se tornado rebeldes – dos piedosos *pilgrim fathers* [pais peregrinos]. Com incentivo e pagamento inglês, foram mortos a golpes de *tomahawk*. O Parlamento britânico declarou os cães de caça e o escalpelamento como ‘meios que Deus e a Natureza puseram em suas mãos’” (MARX, 2013, p. 534-535).

na Europa. Ou seja, “em geral, a escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão *sans phrase*⁶ do Novo Mundo” (MARX, 2013, p. 829). Naquele contexto, países como Holanda, Espanha e Portugal despontavam com protagonismo no empreendimento de colonizar as terras na América.

Com base em Mazzeo (1997) e Moura (1972), consideramos fundamentais elementos como a expansão mercantil e a crise no interior do feudalismo para Portugal⁷ ter se tornado uma potência e dar início ao sistema colonial, apresentando “junto às relações servis de produção, típicas do feudalismo, atividades econômicas novas e um florescimento de atividades mercantis e de cidades [...]” (MAZZEO, 1997, p. 39). Pelo fato de que Portugal não era um país essencialmente feudal e porque também não estava no ritmo da produção capitalista, a economia mercantil portuguesa, com seu Estado absolutista,⁸ “operacionalizou os povos ultramarinos e se apropriou gratuitamente de riquezas colossais dos povos conquistados” (SANTOS NETO, 2015, p. 63).

O Brasil, então colônia de Portugal, não fugiu à regra. A metrópole portuguesa investiu em atividades extrativas, como o pau-brasil. Além disso, a propriedade comunal primitiva deu lugar à propriedade que não é mais dos produtores. O uso da mão de obra dos nativos – os indígenas – mostrou-se insuficiente perante as exigências do processo colonizador. Por isso, no período em que a economia se voltou para o cultivo da cana-de-açúcar, o trabalho dos indígenas foi substituído pela mão de obra dos negros africanos, inserindo o Brasil na rota do tráfico negreiro.

A campanha religiosa e humanitarista em defesa dos indígenas era, na verdade, para retirar de cena a mão de obra indígena para abrir caminhos ao trabalho do negro escravizado. Ou seja, o fundamental era “a transformação do tráfico de simples atividade de pirataria em atividade mercantil, com o emprego de grandes somas de dinheiro na

6 Tradução: “sem sentença”.

7 Portugal se tornou “o primeiro Estado nacional europeu, ao final do século XIV, criando as condições objetivas para o surgimento de um poder político centralizado, que irá subsidiar a expansão marítimo-comercial lusitana dos séculos XV e XVI” (MAZZEO, 1997, p. 25).

8 O Estado absolutista “cumpriu papel destacado no processo de desenvolvimento do capital comercial, porquanto extinguiu as taxas internas que interceptavam o livre fluxo de mercadorias e conseguiu integrar o mercado nacional através de medidas protecionistas, com cobranças de tarifas dos produtos estrangeiros e a preocupação em assegurar uma balança comercial favorável. Nesse processo, ele desempenhou papel substancial na tentativa de resguardar a constituição de colônias como novos mercados auxiliares ao desenvolvimento de sua economia central” (SANTOS NETO, 2015, p. 61).

aquisição de veleiros, equipagens, portos e contratação de material humano para o comércio da carne humana” (MOURA, 1972, p. 27).

Com isso, passou a desembarcar na colônia portuguesa um número crescente de negros raptados e trazidos nas condições mais sub-humanas, como vimos no item anterior, cindindo a sociedade em duas classes: senhores de escravos e escravos. A estes últimos, o destino foi o de subserviência, violência sofrida e todos os tipos de brutalidades possíveis infligidas a eles, mas foi também de muita luta e resistência, razão pela qual se nega que a história de tais escravizados tenha sido de acomodação e muito menos de aceitação da realidade forjada pelo sistema colonial escravista, como alguns estudiosos insistem em propagar. As rebeliões foram uma realidade no Brasil, de modo que os quilombos tornaram-se uma expressão de resistência dentre as mais estruturadas e organizadas, uma vez que

o quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo em outros locais, plantando a sua roça, constituindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituíam-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava (MOURA, 1972, p. 87).

Era tamanha a invisibilidade dos quilombos e da luta das pessoas escravizadas que, além de sua resistência sofrer distorções, ora os resistentes eram tratados como dóceis, ora como rebeldes ingratos. Todavia, para além de serem organizações de acolhimento e resistência, os quilombos eram núcleos de refúgio e de desenvolvimento de estratégias contra o governo e os senhores. Moura (1972) destaca a organização dos escravos da Paraíba, que resistiram às investidas violentas do império português, que chegou a apostar no “alvará de 7 de março daquele ano, que estatuiu fosse ferrado – ferro em brasa – com um ‘F’ na testa de todo cativo que fugisse e fosse encontrado em quilombo e cortada a orelha em caso de reincidência” (*ibidem*, p. 91), bem nos moldes das legislações sanguinárias das terras europeias, mas que nem assim deteve a força da luta dos escravizados.

Sua obra também dá destaque à organização dos escravizados em Minas Gerais, como o Quilombo do Campo Grande e as constantes sublevações dos aquilombados. O Rio de Janeiro é apontado como uma região com grande número de pessoas escravizadas e, por isso, conviviam com revoltas constantes, que exigiam significativamente a repressão dos senhores. Em uma dessas revoltas, um quilombo sucumbiu a uma “verdadeira carnificina, pois os quilombolas não dispunham de armas capazes de enfrentar, em pé de igualdade, os enviados pelo governo. Foram trucidados sem piedade pelas tropas imperiais” (*ibidem*, p. 101). E assim seguem relatos e dados históricos sobre a resistência negra no Ceará, na Bahia e em Alagoas.⁹

Alagoas, por sinal, adentrou no movimento de acumulação do capital pela força da necessidade que a Europa tinha de superar o feudalismo. A agroindústria canavieira nas terras alagoanas foi instaurada primeiramente sob o trabalho escravo dos nativos, com o subterfúgio da violência, que “exterminou mais de 2 milhões de indígenas de distintas etnias no litoral brasileiro” (FÉLIX & SANTOS NETO, 2021, p. 100), motivando uma série de movimentos de resistência desses povos.¹⁰ Após a referida destruição, o interesse pela extração de mais valia fez os mercadores comercializarem o trabalho dos negros raptados da África.

Em Alagoas, destaca-se o Quilombo dos Palmares, localizado onde hoje é a Serra da Barriga, no município de União dos Palmares, considerado o maior quilombo do Brasil tanto em expansão territorial quanto também em número de habitantes. Tornou-se a experiência de maior tentativa de autogoverno entre os negros em outro país fora da África e “da história do que foi sua existência – 65 anos em constantes e sangrentas lutas – até o folclore nos dá notícias. E dos fatos passou à lenda” (MOURA, 1972, p. 185).

Neste artigo, a intenção é colocar o debate da resistência palmarina no sentido de desmistificar a docilidade do negro escravizado e contribuir para que esta história não se consolide como lenda, mas sim como parte do processo de acumulação primitiva do capital, que subjuguou

9 Para mais detalhes, deve-se consultar o item: “*Quilombos e Guerrilhas*”, no livro “*Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições e Guerrilhas*”, de Clóvis Moura (1972).

10 Sobre os movimentos de resistência indígena, o autor destaca “as Guerras dos Bárbaros (1621-1720), a Guerra de Sergipe (1575-1580), a Guerra Potiguara (1575-1599), a Confederação Cariri [1682-1713], a Confederação dos Tamoios (1556-1567), a Guerra de Orobó (1657-1659), a Guerra do Aporá (1669-1673) e as Guerras no São Francisco (1674-1679)” (FÉLIX & SANTOS NETO, 2021, p. 100-101).

povos e os colocou sob as rédeas de um sistema extremamente violento e usurpador, que não se processou de maneira pacífica, uma vez que,

entre os movimentos de resistência, os quilombos que constituíram a República Palmarina (Angola Janga) desempenharam tarefa medular. A experiência palmarina ocupou papel notório para a emergência de milhares de quilombos constituídos ao longo da colonização lusitana e da monarquia (colonização inglesa do Brasil). A experiência – que contou com as lideranças de Ganga Zumba, Zumbi dos Palmares, Dandara e Aqualtune etc. – representou o maior movimento contraposto à colonização mercantil portuguesa e aos senhores de engenhos, plasmando-se como uma experiência bem-sucedida contra o modo de produção capitalista concentrado na exploração do trabalho escravo, no latifúndio e na monocultura da cana-de-açúcar (FÉLIX & SANTOS NETO, 2021, p. 103).

De 1630 a 1695, o referido quilombo foi atacado por diversas vezes. Há inconsistências em relação ao número exato de ataques recebidos: para alguns autores, 16; para outros, 27. Mas, de acordo com Félix e Santos Neto (2021), foram mais de 70 ofensivas bélicas direcionadas ao Quilombo dos Palmares. Com base em Moura (1972), vamos sucintamente percorrer as narrativas sobre alguns desses ataques.

A chamada República Palmarina¹¹ contava, já em 1646, com aproximadamente 6 mil habitantes, intercalando-se em atividades fundamentais para o convívio, como as plantações e tudo o mais que fosse necessário à sua manutenção. Ameaçavam as redondezas com o intuito de defesa, apossavam-se de mantimentos que encontravam e, em

11 Sobre a estrutura organizacional e política do quilombo, há muitas teorias e controvérsias. Aqui, destacamos que, “embora o quilombo de Palmares tenha sido identificado algumas vezes como uma ‘república’, não se pode confundir com o termo em sua exatidão. [...] Para além dos nomes que os historiadores poderão auferir ao quilombo, Palmares era essencialmente uma espécie de ‘coletividade camponesa’, em que os bens eram comuns, pois a terra era um bem comum. Mas não há um conceito específico para identificar o sistema político-social de Palmares [...]. Não havia propriedade da terra em Palmares; portanto, não havia posse, dinheiro, classes sociais etc.” (ARAÚJO, 2015, p. 2). Sobre a existência de escravidão no interior do quilombo, o autor ressalta: “A questão da escravidão existente em Palmares faz nos lembrar de duas coisas importantes: uma [é] o fato de que não se tratava de uma democracia e, em segundo lugar, Palmares resguardava muitas das características sociais de sua época. Mas é provável que o regime escravista existente em Palmares se assemelhasse ao modelo escravista já existente na África, onde cativos de guerra eram forçados a trabalhar a terra por um tempo, prestando serviços por um tempo, como uma forma de punição ao cativo que executava aquelas atividades durante um tempo específico e gozava de alguns ‘direitos’ não garantidos pela escravidão atlântica perpetrada pelos europeus” (*ibidem*, p. 2).

pouco tempo, a ameaça que representavam ao império português era tão real que o povoado chegou a ser comparado a outro país, tamanha era a sua preponderância. Nestes termos, Portugal tinha dois inimigos: a Holanda e o Quilombo dos Palmares.

O líder do grupo era escolhido pelo desempenho na guerra, assim como acontecia na maioria dos reinos africanos. A técnica militar era condição fundamental para a segurança do quilombo; então, o crescimento do exército era proporcional ao crescimento populacional, de modo que seus habitantes “iniciaram a construção de fortificações [...]”. Suas armas eram arcos, flechas, lanças e armas de fogo tomadas das expedições punitivas, dos moradores vizinhos ou compradas” (MOURA, 1972, p. 187). Exército e sistema defensivo eram recursos de primeira ordem para os aquilombados e tornaram possível à população daquele lugar chegar a 20 mil pessoas, juntamente com a expansão territorial.

Sob o domínio holandês, os aquilombados de Palmares sofreram o primeiro ataque em 1644, resultando em mortes e aprisionamentos, deixando a impressão de ter sido destruído. No ano seguinte, o mesmo país organizou tropas para mais um ataque com mais homens e conseguiu aprisionar mais alguns negros e incendiar algumas casas, mas não tomaram o quilombo. Portugal organizou expedições de ataque, em 1672 e 1673, mas sem consumir o objetivo pretendido. O máximo que conseguiu foi o aprisionamento de cerca de 80 aquilombados, de um montante de 20 mil. Já em 1675, uma expedição com 280 homens promoveu um dos combates mais violentos até então, “tendo os ex-escravos resistido durante duas horas de fogo dos atacantes [...], viram suas casas queimadas, além de terem muitos mortos e feridos” (MOURA, 1972, p. 191). A investida imperial portuguesa se prolongou pelos dias seguintes. Muitos aquilombados fugiram e alguns retornaram para as casas de seus antigos senhores. Zumbi também foi atingido. Ele era considerado de alto valor e constância pelo governo e pelos senhores de escravos.

O ataque de 1675 pareceu consolidar a ordem de extermínio do quilombo e, em 1677, uma nova expedição seguiu rumo ao quilombo, agora sob a liderança de Fernão Carrilho. Com certo traquejo na maneira de atacar, o referido líder solicitou reforços, deixando claro que não havia facilidade nenhuma em realizar a investida. O resultado foi uma significativa matança, além de muita destruição, uma vez que “Fernão Carrilho deu por esmagado o Quilombo dos Palmares, exterminados os

quilombolas [...] [e, em seguida,] retirou-se cheio de glória para Porto Calvo, onde foi recebido festivamente, assistindo [a uma] missa solene em Ação de Graças” (*ibidem*, p. 193). A verdadeira face da perspectiva religiosa era exatamente a mencionada: comemorar as mortes e as subjugações dos negros, em prol da acumulação do capital proveniente do trabalho escravo.¹² No entanto, o quilombo mais uma vez estava de pé e Fernão Carrilho sentiu-se pronto para mais um ataque em 1686. Sua expedição foi derrotada e, em seguida, suspensa.

Com Domingos Jorge Velho é que se projeta a derrota do quilombo, que iria começar em 1692. No mesmo ano, os ex-escravos, com suas estratégias militares, revidam o ataque na mesma proporção e, sob o comando de Zumbi, deixam as tropas paulistas em condições apenas de recuar, enquanto o quilombo se fortalecia. Dois anos depois, em 1694, Domingos Jorge Velho volta ao ataque e, “surpreendido com as fortificações e recursos defensivos dos ex-escravos, não ousou ordenar o ataque, solicitando reforços ao governador” (*ibidem*, p. 195). Ainda assim, os aquilombados resistem de modo heroico, até começarem a ser vencidos, pois tamanha era a artilharia da expedição, que deixou cerca de 200 aquilombados mortos e 500 aprisionados. Após 22 dias de resistência, o Quilombo dos Palmares foi derrotado e Zumbi morto, algum tempo depois.

As estratégias militares escancararam a capacidade palmarina para a guerra, a defesa do território e a proteção dos aquilombados, chegando a impressionar o fato de terem conseguido ir para o enfrentamento por diversas vezes e resistir aos artefatos bélicos que a metrópole colonizadora disponibilizara para as investidas.

Todo o esforço do império português envolvia a extração máxima da força de trabalho escrava e o abastecimento do comércio, que se expandia sem precedentes até aquela época. A resistência dos negros se deu mediante muita luta. Se tomarmos os quilombos como um parâmetro, perceberemos que a organização desses movimentos retrata uma vivência trazida de sua terra natal, pelo modo como se organizavam

12 A insistência em colocar a questão sob o viés religioso era fulcral no sistema colonial, pois a intenção era forçar o negro escravizado a negar sua cultura, sua crença e seus ritos religiosos. Mas isso não era aceito de modo homogêneo pelos escravizados. Muitos aproveitavam datas religiosas para começarem os motins: “em Minas, na Bahia, no Estado do Rio, eles não respeitavam aquelas datas, mas, pelo contrário, aproveitavam-nas para mais facilmente começarem os levantes. Fato que bem demonstra aquela ‘ilusão da catequese [...], os escravos negros não foram aculturados, como pretendem certos sociólogos, de forma mecânica” (MOURA, 1972, p. 103).

em sociedade e como guerreavam. O Quilombo dos Palmares retrata uma realidade que se passou em terras alagoanas, mas expressa o que se passava no Brasil como um todo naquele período histórico; afinal, “a República Palmarina representou a maior de todas as lutas contra a estrutura econômica baseada na exploração do trabalho escravo e na produção canavieira” (FÉLIX & SANTOS NETO, 2021, p. 103).

A escravidão e todos os elementos do sistema colonial fizeram parte da movimentação da burguesia mercantil para subverter os limites feudais e instaurar o modo de produção capitalista, por meio do acúmulo de capital. Com isso, entendemos que os negros escravizados sentiam na pele que estavam vivendo em condições degradantes. Os registros históricos de suas lutas nos permitem apontar que os aquilombados tinham plena consciência de que sua situação era explicitamente resultante de uma guerra direcionada a eles e aos seus descendentes.

Considerações finais

O capital, por ser uma relação social, precisa da extração de força de trabalho para se reproduzir, seja o trabalho livre ou o trabalho escravo. A transição do modo de produção feudal para o capitalista, na Europa, dimensionou as relações entre as nações e abriu caminhos para uma corrida desenfreada em busca de terras, recursos naturais, mão de obra, ouro e tudo o mais que pudesse render lucros, a ponto de adiantar o processo de consolidação do capital como sistema totalizante.

O capital mercantil ditou o tom das relações comerciais e promoveu o desenvolvimento do mercado mundial, das grandes navegações e das invasões territoriais marcadas pelo extermínio e pela escravização dos povos nativos, dentre outros mecanismos de saques e pilhagens dessas terras. O sistema colonial expressa a dominação das metrópoles sobre as colônias, de maneira a destruir modos comunais de produção, considerados arcaicos e estagnados.

Sob a alegação de que continentes como a América e a África foram descobertos e seus povos foram salvos pelos colonizadores, o que de fato aconteceu foi uma invasão sem precedentes. Com isso, a escravização dos indígenas e negros raptados da África foi o que sustentou o desenvolvimento do capital industrial e do trabalho assalariado na Europa. A economia extrativista, voltada para enriquecer as potências

européias, retirava dos escravizados a autonomia sobre suas próprias vidas, arrancava-os de suas nações e submetia-os a todos os tipos de violência, na tentativa de aliená-los de suas existências enquanto seres humanos e indivíduos sociais.

No Brasil, por mais de três séculos, a escravidão sustentou a sanha portuguesa por riqueza, sendo o último país a erradicar esse tipo de trabalho no mundo. Mas o que destacamos foi a resistência e a luta dos escravizados, por meio do sucinto resgate dos ataques sofridos pelo maior quilombo de que este País tem registro: o Quilombo dos Palmares. Longe de romantizar o discurso da força dos negros escravizados, exaltamos a capacidade estrategista, militar e defensiva dos aquilombados, que expressavam sua inquietude sobre as condições nas quais estavam sendo obrigados a viver e trabalhar.

Acostumamo-nos com os relatos de grandes guerras desde o período do Império Romano, com a exaltação de grandes guerreiros da historiografia mundial, com o encantamento em relação à potência bélica dos governos que já passaram pela história da humanidade. Mas dificilmente contemplamos, com a devida magnitude, a luta por liberdade daqueles que foram escravizados em solo brasileiro e lutaram pela vida, contra um sistema com garras tão profundas, que se ergueu com o sacrifício do seu sangue e do seu suor.

Por mais de 60 anos, o Quilombo dos Palmares materializou uma verdadeira revolução, com táticas de guerra, confecção e conquista de armas, noção aguçada de defesa, capacidade de enfrentamento admirável, organização e força, capazes de vencer, por diversas vezes, o poderio de metrópoles. Já Alagoas, que é conhecida como a terra dos marechais, é – na verdade – a terra de Zumbi, Dandara, Ganga Zumba, Acotirene e de todos os bravos homens e mulheres que ergueram o Quilombo dos Palmares.

Referências

- ARAÚJO, Renato. **Zumbi dos Palmares**. São Paulo: SESC, 2015.
- FÉLIX, Tatiana Lyra Lima; SANTOS NETO, Artur Bispo dos. **A natureza monopolista da economia alagoana** [recurso digital]. Goiânia: Editora Phillos, 2021.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl. **Grundrisse** – Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política. Tradução: Maria Duayer e Nélío Shneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**: Origens da autocracia burguesa. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições e guerrilhas. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: Uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. **Capital e trabalho na formação econômica do Brasil**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. **Mundialização do capital**: imperialismo e subimperialismo [recurso digital]. Goiânia: Editora Phillos, 2020.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1975.